



Manifesto para uma governança corporativa em Direitos Humanos: Um chamado para ação

instituto
ethos

 **AFD**
AGENCE FRANÇAISE
DE DÉVELOPPEMENT

INTRODUÇÃO

A sociedade vem passando por diferentes transformações e junto desse movimento, apresentam-se desafios complexos a serem enfrentados. Ainda que com o avanço das discussões e desenvolvimento de políticas públicas e práticas empresariais, nos deparamos com elevados índices de violações de direitos humanos, ambientais e climáticos que tornam ainda mais desafiador pensar soluções que não sejam pela integração dessas agendas.

Quadro de desigualdades socioambientais no Brasil

Assédios no Trabalho: Em 2019, cerca de 40% das mulheres brasileiras relataram ter sofrido algum tipo de assédio no ambiente de trabalho. Esse número representa um aumento em relação aos anos anteriores (IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde, 2019).

Corrupção e Direitos Humanos: A corrupção desvia cerca de R\$ 200 bilhões por ano de áreas essenciais como saúde e educação, comprometendo o acesso da população aos direitos básicos (Controladoria-Geral da União, Relatório Anual, 2023).

Deslocados Climáticos: Eventos extremos, incluindo inundações e secas severas, deslocaram aproximadamente 170 mil pessoas no Brasil entre 2017 e 2023 (Internal Displacement Monitoring Centre, 2023).

Racismo: Jovens negros representam mais de 75% das vítimas de homicídios no Brasil, evidenciando as desigualdades raciais na segurança pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Anuário 2023).

Desigualdade Salarial: Mulheres ganham 20,7% a menos que os homens em empresas com mais de 100 funcionários/as (2º Relatório de Transparência Salarial do Governo, 2024).

Trabalho Escravo e Exploração Infantil: Em 2023, foram resgatados mais de 2.500 trabalhadores em condições análogas à escravidão, majoritariamente no setor agropecuário (Ministério do Trabalho e Emprego, Relatório de Resgates, 2023). Estima-se que cerca de 1,3 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estavam em situação de trabalho infantil em 2022, com maior incidência nas regiões rurais e no setor agrícola. (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2023).

Impactos em Povos Indígenas: Em 2022, mais de 200 territórios indígenas foram ameaçados por atividades ilegais como mineração e desmatamento, comprometendo o modo de vida desses povos (Instituto Socioambiental, Relatório Anual, 2023).

Violência contra Defensores Ambientais: O Brasil foi o país mais letal para defensores ambientais em 2022, com 20 assassinatos documentados (Global Witness, Relatório 2023).

Sub-representação de Mulheres Negras em Posições de Liderança: Segundo a Pesquisa Perfil Social, Racial e de Gênero das 1100 maiores empresas do Brasil 2023-2024¹, apenas 7,4% das empresas possuem metas para aumentar a representação de mulheres negras em cargos executivos, evidenciando um desafio interseccional significativo para a ascensão deste grupo.

Fome, Insegurança Alimentar e Mudanças Climáticas: As mudanças climáticas podem reduzir a produção agrícola brasileira em até 15% até 2030, impactando a segurança alimentar e o preço dos alimentos (Embrapa, Relatório sobre Mudanças Climáticas, 2023).

Desigualdade Climática: O impacto das mudanças climáticas foi maior nas populações vulneráveis; enchentes e secas extremas afetaram cerca de 1,2 milhão de pessoas no Brasil em 2022, aumentando o risco de perda de moradia e de meios de subsistência. (Observatório do Clima, Relatório de 2023).

Racismo Ambiental: Em comunidades quilombolas e indígenas, a falta de saneamento básico e de serviços essenciais continua a ser um grande problema, agravando a vulnerabilidade socioambiental desses grupos (Relatório Luz - Agenda 2030, 2024).

1. Perfil social, racial e de gênero das 1.100 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas (2023-2024) Instituto Ethos - Disponível em < <https://ethos.powerappsportals.com/perfil1100/> > Acesso em 13.11.2024.

Ao continuar presente no ranking de países mais desiguais do mundo, o Brasil tem sido marcado por essas violações de direitos humanos, ferindo princípios que sustentam a democracia e a cidadania que são a base da nossa sociedade. O cenário coloca a importância da corresponsabilidade e da colaboração entre todos os atores sociais a fim de acelerar as transformações e combater as desigualdades. Desta forma, para alcançarmos uma sociedade mais justa, respeitosa e sustentável é fundamental que os direitos humanos, juntamente com a promoção da integridade e o respeito ao meio ambiente estejam enraizados e consolidados nas práticas empresariais e nas políticas públicas.

Reforçando o posicionamento e comprometimento do setor privado com o combate às desigualdades, este **“Manifesto para uma governança corporativa em direitos humanos: Um chamado para ação”** foi desenvolvido a partir dos diálogos realizados no Grupo de Trabalho de Direitos Humanos do Instituto Ethos² e do Projeto de Defensores Ambientais³ e se coloca como uma ferramenta de intencionalidade e sensibilização sobre a agenda de direitos humanos e empresas, alertando sobre os desafios e oportunidades e incentivando as principais lideranças empresariais a promoverem mudanças significativas e alcançar o que chamamos de integridade socioambiental - um compromisso ético com a classe trabalhadora, fornecedores e fornecedoras, com as comunidades e os territórios, com o ecossistema, com governos e com a sociedade. Este documento se coloca como um alicerce por possibilitar às empresas pautarem as suas práticas e políticas alinhadas a agenda ASG/ESG, Agenda 2030, aproveitando princípios, instrumentos, tratados, leis e políticas já disponíveis⁴ a fim de evitar retrocessos no futuro.

Princípios Fundamentais para uma governança corporativa em direitos humanos

Para o desenvolvimento de uma governança empresarial comprometida em

2. O objetivo do GT DH de 2024 foi o de construir pontes e compromissos, enraizando os direitos humanos nas empresas, conectando espaços para uma agenda compartilhada de combate às desigualdades, trazendo também para o centro das discussões as pessoas e grupos sociais marcados (historicamente) pelas desigualdades e premissas de integridade, sustentabilidade, meio ambiente e clima, ampliam o conceito de direitos humanos e tornam a pauta mais integrada às outras agendas.

3. Projeto Defensores Ambientais é uma realização coletiva entre Transparência Internacional Brasil, o Instituto Centro de Vida (ICV), a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a Operação Amazônia Nativa (OPAN) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, com apoio financeiro da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e busca promover e assegurar os direitos de defensores socioambientais no Brasil.

4. Os compromissos aqui presentes foram desenvolvidos a partir de referências consolidadas na sociedade, dentre elas os [Guiding Principles on Business and Human Rights](#), [Indicadores Ethos \(ESG/ASG\)](#), [Perfil Social, Racial e de Gênero das 1.100 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas 2023-2024](#), [Protocolo de Extremos Climáticos e Justiça Social](#), [Guia para empresas: como combater as desigualdades no Brasil](#), [Canais de denúncias empresariais para proteção de defensores\(as\) de direitos humanos e ambientais](#), entre outros manuais e guias publicados pelo Instituto Ethos e parceiros e que são discutidos no âmbito do Grupo de Trabalho de Empresas e Direitos Humanos do Instituto Ethos.